

PERSPECTIVA DE PROFESSORES FRENTE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, EM UMA ESCOLA MINEIRA

Eric Bortoni Martins¹
Maria Fernanda Taciano Vaz¹
Kelly Aparecida do Nascimento²
Fábio Florindo Soares³
Marcelo Maia Costa⁴
Renata Aparecida Fontes⁵
Deyliane Aparecida de Almeida Pereira⁶
deyliane.univertix@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a perspectiva de professores quanto à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas de Educação Física, em uma escola mineira. Através de um questionário de análise descritiva e quantitativa, o estudo investiga as atitudes, desafios, estratégias e explora a perspectiva dos professores em relação à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) em uma escola de Minas Gerais. A pesquisa aborda como os professores percebem e lidam com a inclusão desses alunos em sua prática pedagógica. Estudos como este contribuem para a conscientização sobre a inclusão de pessoas com deficiência, oferecendo insights valiosos para aprimorar políticas públicas, práticas educacionais e ações de sensibilização, visando uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Garantindo um princípio fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que “todo ser humano tem direito à instrução”.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação Física; Necessidades Educativas Especiais.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um movimento educacional, social e político, que luta para defender os direitos de participação igualitária da sociedade, do indivíduo ser aceito e respeitado independente de sua necessidade (FREIRE, 2008). Sasaki (1997) afirma que é um processo social amplo, que vem acontecendo em todo o mundo

¹ Acadêmicos do Curso de Educação Física, do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX.

² Educadora Física- Psicopedagoga- Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade - Pró-reitora de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Vértice - Univértix

³ Professor do Centro Universitário Vértice - Univértix

⁴ Professor do Centro Universitário Vértice - Univértix

⁵ Farmacêutica Bioquímica Analista Clínica – Mestre em Ciências Farmacêuticas – Professora do Centro Universitário Vértice - Univértix

⁶ Licenciatura e Bacharel em Educação Física – UFV. Mestre em Educação Física – UFV. Doutora em Ciências da Nutrição UFV. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos: Educação e Saúde – NUPES.

desde a década de 50. É a modificação da sociedade como pré-requisito para que uma pessoa com necessidades educativas especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

No âmbito escolar concomitantemente, também se luta por esses direitos, visto que toda criança necessita aprender a viver em sociedade com as diferenças dos demais, para que possam desenvolver suas habilidades, bem como aprender as competências que lhes permitam exercer o direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (FREIRE, 2008).

Entretanto, apesar dos significativos avanços nacionais e internacionais em prol de uma educação para todos, Fiorini e Manzini (2018) destacam que apenas o acesso à escola não garante que a inclusão esteja ocorrendo, pois os alunos precisam ter oportunidades de aprendizagem e participação. Entretanto, os professores ao buscarem este caminho, muitas vezes encontram uma variedade de dificuldades e dúvidas de como promover a inclusão (SANTOS, MATOS e SANTOS, 2020).

Nesse sentido vê-se a importância da capacitação de professores que eventualmente trabalharão com crianças com deficiências, faz-se necessário que as escolas adotem práticas pedagógicas mais eficientes a fim de atender toda a população escolar. Para que isso se torne realidade as escolas devem considerar que os alunos são da responsabilidade de todos, sendo necessário uma modificação de atitudes da docência. Assim, para seguirmos os ideais da inclusão, é importante ter em conta, os saberes e experiências dos profissionais de educação e dos serviços de apoio (FERREIRA, PRADO e CADAIECO, 2015).

Entendendo, então, que a educação é um direito de todos em que nenhuma pessoa pode ser privada, e que a escola é um ambiente multidisciplinar onde todos os atores interagem, destacamos a importância da Educação Física (EF), enquanto disciplina curricular obrigatória, que contribui no processo de formação para o pleno desenvolvimento do educando (SANTOS, MATOS e SANTOS, 2020).

Seguindo os preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Dessa forma, é possível

garantir a reconstrução do conhecimento para os alunos, o que os possibilita ampliar a consciência de seus movimentos e recursos, cuidar de si e dos outros e desenvolver a capacidade de autodeterminação, e o uso da cultura do movimento corporal para vários propósitos humanos, promovendo sua participação confiante e autoritária na sociedade (BRASIL, 2018).

O presente estudo faz declaração à prática inclusiva, sendo ele necessário para esclarecimentos devido à escassez de pesquisas na região ligada ao determinado tema, contribuindo para um cenário onde facilite a formação de futuros professores capacitados na área e promovendo assim maior eficiência do aprendizado dos educandos (FERNANDES, COSTA FILHO e IAOCHITE, 2019).

O diferencial deste trabalho está relacionado à temática ser pouco investigada no município escolhido, bem como a escola possuir alunos com deficiência e necessidades educativas especiais. Logo, a presente investigação contribuirá para que, mediante a tal cenário, o profissional da área consiga agir de maneira coerente e inclusiva, fazendo com que todos de maneira conjunta estejam participando das aulas, com um aperfeiçoamento de sua forma didática. Para que facilite o aprendizado durante o percurso escolar, é necessário conhecer o espaço, se a estrutura da escola está realmente capacitada para atender todos os alunos e se há profissionais qualificados para que exerçam sua função corretamente diante de tais desafios enfrentados na trajetória escolar (BEZERRA, 2020).

Diante do exposto, tem-se a seguinte questão norteadora: Qual a perspectiva de professores quanto à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas de Educação Física? Assim, o objetivo do estudo é analisar a perspectiva de professores quanto à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas de Educação Física, em uma escola mineira.

Estudos como este são relevantes, para promover ambientes favoráveis à inclusão, para que não haja “discriminação” e para que os alunos possam participar de forma ativa, sem possuir nenhum obstáculo que os impeça de participar das atividades propostas e também trazer uma maior visibilidade relacionada ao assunto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 enuncia igualdade entre as pessoas, com a promoção do bem de todos, sem discriminação. Esta imparcialidade, também se reflete na educação elencada como um dos direitos sociais, determinando a equivalência de condições de acesso e permanência na escola, como um direito de todos (BRASIL, 1988; UNESCO, 1994).

Diferente do princípio da integração, onde os alunos devem se adaptar ao ambiente escolar, em uma perspectiva inclusiva, a escola deve se adaptar ao aluno oferecendo diferentes tipos de acessibilidade. Sendo assim, as instituições escolares devem apresentar acessibilidade: estrutural, comunicacional, metodológica, programática e instrumental seguindo as Normas Brasileiras de Acessibilidade (ABNT, 2020; CASTRO e TELLES, 2020; OLIVEIRA, 2021).

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e determina que o atendimento para esse público deve ser personalizado, seguindo os princípios da Declaração de Salamanca (1994). A fim de determinar as necessidades educacionais especiais dos alunos e tomar decisões sobre os auxílios necessários, a escola deve utilizar a assistência técnica para realizar a avaliação do aluno no ensino e aprendizagem, com base na experiência do pessoal docente (BRASIL, 2001; CORREIA e BAPTISTA, 2018).

O conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) começou a ser utilizado a partir da década de 60, trazendo mudanças no que se refere à identificação e às intervenções educacionais voltadas para as crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem (MARCHESI, 2004).

Sendo assim o termo NEEs é aplicado a todo indivíduo que apresenta alguma necessidade educacional especial que se origina em função de deficiências, dificuldades de aprendizagem ou superdotação. Entretanto, quando se separa os direitos de um grupo específico de alunos, isso pode acarretar a criação de mecanismos independentes e com isso possivelmente excludentes, resultando na exclusão de alunos com NEEs.

Magalhães (2003) explica sobre esse corpo discente que é composto por alunos com dificuldades de aprendizagem como problemas comportamentais, distúrbios sensoriais (cegos, surdos e surdo-cegos), deficiências físicas não

sensoriais (como paralisia cerebral), doenças mentais e deficiências múltiplas. A esse grupo foram adicionados alunos altamente capacitados (superdotados) que precisam de um currículo diferenciado devido à sua excelente capacidade de aprendizado.

Borges (2005) afirma que um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado.

A inclusão nas escolas é um direito legalmente estabelecido, embora ainda seja um obstáculo a ser superado. Conforme Silva e Volpini (2014), o processo de inclusão ainda é recente, o que faz com que sua efetividade no âmbito escolar enfrente barreiras, como a falta de material adequado e a falta de cursos de capacitação para os professores.

Sant'Ana (2005) afirma que a educação é para todos e a inclusão de crianças com NEEs nas aulas de Educação Física Escolar é um objetivo a ser alcançado pela escola e pela sociedade, pois além de estimular a convivência e a interação das crianças, é um direito de elas terem acesso à educação. O conceito de educação inclusiva envolve compartilhar o mesmo espaço físico, integração na sociedade, adaptações no ensino e participação de todos nas aulas. Além disso, é importante que o ambiente da aula de Educação Física seja acolhedor e respeitoso, promovendo a interação entre os alunos e valorizando as diferenças individuais. Isso pode ajudar a promover a autoestima e a confiança dos alunos, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais importantes (BETTI, 2016).

A Educação Física (EF) na perspectiva da inclusão é uma abordagem que visa promover o acesso e a participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, restrições ou diferenças individuais. Para garantir a inclusão na EF, é importante que os professores adotem uma abordagem pedagógica que considere a diversidade de habilidades e necessidades dos alunos.

Ademais, a EF na perspectiva da inclusão também pode envolver a promoção de atividades que valorizem a diversidade cultural e étnica, permitindo que os alunos conheçam e respeitem as diferenças culturais e sociais uns dos outros. Isso pode

contribuir para uma EF mais inclusiva e significativa para todos os alunos (TANI et al., 2019).

O papel do componente curricular da Educação Física é tão importante quanto qualquer outra disciplina, implica diretamente na aprendizagem nos campos psicomotor, cognitivo e social que influencia diretamente no desenvolvimento do estudante. Com isso, o maior desafio enfrentado pelos professores é sobre as adaptações e flexibilizações metodológicas e curriculares e se ele está capacitado para receber um aluno com deficiência em suas aulas, e se caso não esteja, evidenciar essa busca por novos caminhos e estratégias para que possa se tornar possível e efetiva na prática (OLIVA, DOHMS e ARIETA, 2022).

A inclusão de alunos com NEEs na educação física é uma questão relevante e desafiadora para os professores, que precisam adaptar as atividades para atender às necessidades individuais de cada aluno. Neste sentido, é fundamental compreender o papel do professor na inclusão e buscar conhecimentos específicos sobre o assunto.

Para os professores, incluir alunos com necessidades educacionais especiais é um desafio significativo, uma vez que eles precisam criar novas propostas de ensino e adotar uma abordagem diferenciada em sala de aula para atuar como facilitadores do processo de ensino e aprendizagem desses alunos (OLIVEIRA, ARAÚJO e SILVA, 2019).

É importante que os professores busquem novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que enfrentam, além de auxiliar na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com NEEs. A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, permitindo que os profissionais repensem o ato educativo e analisem a prática docente (ROCHA, 2017).

A inclusão requer que os professores mudem sua visão em relação à deficiência e promovam atividades que enfatizem a valorização da diversidade e das inteligências múltiplas. Por exemplo, atividades em grupo, jogos, músicas e desenhos podem ser incorporados ao planejamento das aulas para proporcionar uma educação inclusiva. É importante lembrar que a escola também desempenha

um papel importante na inclusão, requerendo uma reestruturação do Projeto Político Pedagógico que contemple a diversidade da comunidade escolar (BRASIL, 2006).

Diante do exposto, é importante o professor ter um conhecimento aprofundado sobre as condições e limitações dos alunos com deficiência, a inclusão não deve ser vista como uma mera adaptação de atividades, mas sim como uma prática pedagógica que promova o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional dos alunos (BRASIL, 2006).

METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo descritivo com abordagem quantitativa. Pesquisas descritivas são um tipo de pesquisa científica que busca descrever, medir e interpretar fenômenos e características de uma determinada população ou amostra. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal analisar e apresentar as características de um grupo, fenômeno ou evento de forma precisa e detalhada. A pesquisa quantitativa é um método de pesquisa científica que utiliza a coleta e análise de dados numéricos para responder a questões de pesquisa e testar hipóteses. Essa abordagem envolve a aplicação de técnicas estatísticas para obter uma compreensão objetiva e mensurável do fenômeno estudado (CRESWELL, 2014).

O local de realização da pesquisa será uma escola municipal do município de Santo Antônio do Gramma-MG, onde há a educação infantil e ensino fundamental I. Este município pertence à Zona da Mata Mineira, com uma população aproximada de 3.861 pessoas. A referida escola possui em torno de 40 alunos que apresentam algum tipo de deficiência (IBGE 2021). Os participantes da pesquisa são aproximadamente 15 professores da referida escola e que possuem em suas turmas alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Como critérios de inclusão dos participantes da pesquisa tem-se: professores que ministram qualquer disciplina na escola citada, de ambos os sexos, que possuem em suas turmas alunos que apresentam algum tipo de deficiência e que aceitaram em participar desta pesquisa mediante a concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde os participantes deverão assinalar a opção “Concordo em participar da pesquisa”.

Já os critérios de exclusão serão: professores que não trabalham na escola em questão, que não possuem em suas turmas alunos que apresentam algum tipo de deficiência, que assinalarem a opção “Não concordo em participar da pesquisa” do TCLE. Esses não serão avaliados e quantificados no resultado final.

Nesta pesquisa será utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário validado, elaborado por Gorgatti e De Rose Júnior (2009). O questionário aborda questões que avaliam as estratégias pedagógicas, o conhecimento do professor, atitudes e nível de introdução dos alunos deficientes em suas aulas. É composto por 18 questões, de múltipla escolha, que devem ser assinaladas utilizando uma escala de 0 a 4, onde 0 significa “não se aplica” e 4 “concordo totalmente com a afirmação”. Além disso, existe a alternativa “não se aplica” que pode ser respondida pelo professor quando este não possuir opinião formada sobre alguma das afirmações. Todas as instruções sobre o preenchimento do instrumento estarão descritas no formulário.

O questionário será organizado utilizando a plataforma do *Google Forms* e este será encaminhado através de e-mails individualizados aos participantes da pesquisa. Os participantes serão orientados a analisarem o TCLE antes de concordarem ou não em participar da pesquisa e só terão acesso às perguntas após concordarem em participar. O TCLE estará presente na primeira parte do formulário, para que os participantes possam assinalar as opções concordando ou não em participar do estudo.

Por se tratar de uma pesquisa em ambientes virtuais, serão obedecidos às orientações descritas na Carta Circular nº 1/2021, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, onde: o participante só terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento; o e-mail será enviado de forma individualizada e será orientado aos participantes para que salvem uma cópia do documento eletrônico após o responder. Será garantido o anonimato nominal e de informações advindas do questionário, sendo feito o *download* dos dados coletados para o computador do pesquisador, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", para garantir o uso dos resultados apenas para fins científicos (BRASIL, 2021).

Além das orientações previstas na Carta Circular mencionada acima, este trabalho seguirá todos os preceitos éticos previstos na Resolução nº. 466/2012 que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, resguardando o anonimato dos participantes da pesquisa e a autonomia de recusar-se a responder e/ou participar deste estudo (BRASIL, 2012). Ademais, este trabalho será submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Univértix para apreciação ética e a coleta de dados só ocorrerá após parecer favorável.

Quanto aos riscos, decorrentes de pesquisa em âmbitos virtuais, tem-se: privacidade e confidencialidade: a coleta de dados online pode envolver a obtenção de informações pessoais sensíveis dos participantes; consentimento informado; quebra de sigilo; segurança dos dados e vazamento de informações, divulgação de dados; participação não ética; invasão de privacidade e quebra de anonimato, bem como: estresse, desconforto e cansaço ao responder o questionário por parte dos participantes.

Para minimizar esses riscos, será orientado e explicado por parte dos pesquisadores a: garantia que os participantes estejam plenamente informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os riscos potenciais e os seus direitos; será utilizado protocolos de segurança fortes para proteger os dados coletados; será garantido: a privacidade das informações durante a coleta de dados; a não identificação nominal no formulário e no banco de dados para garantir o anonimato. Será garantido a liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma, que a concordância ou não em participar da pesquisa em nada irá alterar sua condição e relação civil e social com a equipe de pesquisa. Bem como a liberdade de avaliar e o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada.

Os dados obtidos serão sistematizados utilizando o *Microsoft Office Excel*, e serão apresentados através de estatísticas descritivas e frequências absolutas e relativas.

Como desfecho primário espera-se que com essa pesquisa, os professores possam perceber e analisar seus conhecimentos frente a atitudes e estratégias didático-pedagógicas para com seus alunos que tenham alguma deficiência ou

necessidade educativa especial. Como desfecho secundário espera-se que com a pesquisa este trabalho possa ser apresentado em eventos multidisciplinares da área de educação para mostrar a importância da inclusão no ambiente escolar, bem como promover mudanças na instituição de realização da pesquisa a fim de alcançar resultados positivos no que se entende por inclusão.

Além de garantir um princípio fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26, que diz que “todo ser humano tem direito à instrução”, a inclusão escolar também tem um papel importante no desenvolvimento sócio emocional e psicológico das crianças com necessidades educativas especiais (ONU, 1948, p. 4).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por se tratar de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, os resultados e discussões serão apresentados após a autorização do Comitê de Ética da Univértix, coleta e análise dos dados obtidos, bem como a confrontação com a literatura pertinente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um Projeto de Conclusão de Curso, a conclusão será apresentada após finalização do estudo, bem como a confrontação com a literatura pertinente.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020, p. 162.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: Deficiência Física. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Carta Circular nº 1/2021**, Brasília, DF: Ministério da Saúde, Mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012**: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BETTI, Mauro. Educação Física Escolar e Inclusão: perspectivas para além do discurso da diferença. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 599-611, 2016.

BEZERRA, Giovani Ferreira; A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 673-688, out-dez, 2020.

BORGES, José Antônio. As TICs e as tecnologias assistivas na educação de pessoas deficientes. *In*: Encontro dos Assessores de Tecnologia do Estado do Paraná, 3, 2005, Curitiba/PR, **Anais...**, Curitiba/PR, 2005, p. 8.

CASTRO, Mariana Oliveira Rabelo de; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura, **Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-20, abr/jun, 2020.

CORREIA, Gilvane Belem; BAPTISTA, Claudio Roberto. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias? **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 716–731, 2018.

CRESWELL, John Ward. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2014.

FERNANDES, Mayra Matias; COSTA FILHO, Roraima Alves; IAOCHITE, Roberto Tadeu. Autoeficácia Docente de Futuros Professores de Educação Física em Contextos de Inclusão no Ensino Básico, **Revista Brasileira Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 219-232, abr-jun, 2019.

FERREIRA, Marco; PRADO, Susana Agudo; CADAVIECO, Javier Fombona. Educação inclusiva: o professor como epicentro do processo de inclusão, **Revista nacional e internacional de educação inclusiva**, Espanha, v. 8, n. 1, p. 1-13, março, 2015.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Estratégias de Professores de Educação Física para Promover a Participação de Alunos com Deficiência Auditiva nas Aulas, **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 2, p. 183–198, abr/jun 2018.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

GORGATTI, Marcia Greguol; DE ROSE JÚNIOR, Dante. Percepção dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.119-140, abr./jun. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. 2.ed. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2003.

MARCHESI, Álvaro; COLL, César; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Desenvolvimento Psicológico e Educação. 2.ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

OLIVA, Rubiane Severo; DOHMS, Karina Pacheco; ARIETA, Mariana de Souza. Educação Física: um currículo potente e em constante movimento diante da educação inclusiva. **Caderno Marista de Educação**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2022

OLIVEIRA, Elisete Vasconcelos Façanha. **A prática da educação física na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na Escola Estadual Zolito de Jesus Nunes, de Macapá, estado do Amapá, Brasil**. Orientadora: Maria Raquel G. Silva. 2021. 113 f. Dissertação, (Mestrado em Ciências da Educação) – Ramo: Domínio Cognitivo e Motor, Universidade Fernando Pessoa, Amapá, 2021.

OLIVEIRA, Fabíola Rolim; ARAÚJO, Michael Douglas Batista; SILVA, José Lindemberg Bernardo. **O papel do professor na Educação inclusiva**. Pernambuco: Editora Realize, 26 out., 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na Educação Inclusiva. **Ensaio Pedagógico**, São Paulo, v. 7, n. 2, jul-dez. 2017.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SANTOS, Francianne Farias dos; MATOS, Maria Almerinda de Souza; SANTOS, João Otacilio Libardoni dos. Fatores Potencializadores e/ou Dificultadores do Processo de Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. **Educação**, Santa Maria, v. 45, e. 105, jan-dez, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.

SILVA, Flávia Natália Ramos da; VOLPINI, Maria Neli. Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Física: Conquistas E Desafios. **Cadernos de Educação: ensino e sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 8-29, 2014.

TANI, Go. *et al.* Educação Física Escolar e Inclusão: subsídios para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 235-247, 2019.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. **Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais**, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.